



## **CONCURSO PÚBLICO**

**Aquisição de trator de rastos (bulldozer)**

## **CADERNO DE ENCARGOS**



## PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

###### Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos, na Aquisição de um trator de rastos (bulldozer).

##### Cláusula 2.<sup>a</sup>

###### Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

##### Cláusula 3.<sup>a</sup>

###### Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da entrega dos bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

##### Cláusula 5.<sup>a</sup>

###### Preço Base

- 1- O valor base para efeito do presente procedimento é de 240.000,00 € (duzentos e quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município, designadamente:



- a. O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato no território do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte;
- b. A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do contrato;
- c. Os acessórios exigidos pelo código da estrada;
- d. O equipamento de série e/ou opcional incluído no preço;
- e. A documentação a fornecer.
- f. Deverá, o adjudicatário apresentar do fabricante de origem, certificados do controlo da qualidade de fábrica.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Preço Anormalmente Baixo**

Para efeitos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir seja superior a 40 %. É justificada a aplicação do artigo 71.º, pena necessidade de garantir os princípios estabelecidos no artigo 1.º - A, salvaguardando assim, o interesse público e os princípios da contratação. Devem no entanto os concorrentes que apresentam preços anormalmente baixos apresentar declaração nos termos do n.º 4 do artigo 71.º do CCP.

#### Capítulo II

##### **Obrigações contratuais**

#### Secção I

##### **Obrigações do fornecedor**

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Obrigações principais do fornecedor**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico.



2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Bragança por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues no prazo máximo de 90 dias após a assinatura do contrato, na sede do Município, podendo ser dilatado este prazo até aos 30 dias

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa], que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e garantia técnica**

O fornecedor fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Bragança em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>



### **Objeto do dever de sigilo**

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Secção II**

### **Obrigações do Município de Bragança**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Preço contratual**

Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

- 1- As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:

Propõe-se o pagamento das despesas, em duas tranches:

- 40%, com entrega da máquina e elaboração/aprovação auto de entrega final aprovado pelo Município de Bragança,
- 60 %, 4 meses após entrega da máquina, período de testes estabelecido pelo Município para o Equipamento, podendo o Município liquidar esta percentagem caso o equipamento demonstre a eficiência e eficácia solicitada pelo Município.

- 2 - O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de 60 dias contados da sua apresentação.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**



### **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Penalidades contratuais**

1 - No caso de não cumprimento dos prazos fixados para o fornecimento integral dos bens objeto do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, é cominável com multa calculada através da aplicação da fórmula  $\{P = V \times A / 500\}$ , em que P corresponde ao montante da



penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos bens e A é o número de dias em atraso.

2 - Havendo lugar a penalidades, o valor correspondente será deduzido na importância a pagar ao fornecedor.

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do contraente público**

1 - A entidade adjudicante poderá rescindir total ou parcialmente o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, o normal fornecimento se encontre gravemente prejudicada.

2 - A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

3 - A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do fornecedor**

1 - O adjudicatário poderá exercer o direito à rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no contrato.

2 - A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar a prestação de serviço num prazo de 30 dias a contar da data da notificação à entidade pública contratante.

3 - O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.

4 - Em caso de rescisão por razões imputáveis à entidade pública contratante, o adjudicatário terá direito a ser indemnizado pelos danos emergentes e lucros cessantes.

5 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Caução**

1 - É exigível a prestação de caução nos termos da lei.

Cláusula 19.<sup>a</sup>

**Seguros**



1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento do bem, nomeadamente, de responsabilidade civil até à data de entrega.

2 - O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Cessão da posição contratual**

1 - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente concurso.
- b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no Decreto-Lei nº 111-A/2017, de 31 de agosto, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Contagem dos prazos**





Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.<sup>a</sup>

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Cláusula 1.<sup>a</sup>

### **Introdução**

Pretende-se com este procedimento a Aquisição de um trator de rastos (bulldozer)

Cláusula 2.<sup>a</sup>

### **Caraterísticas gerais do equipamento**

Equipamento, trator de rastos (bulldozer) igual ou superior 125 kW (168 hp) de potência útil ao volante do motor, igual ou superior a 20 200 Kg de peso, equipado com lâmina igual ou equivalente a Inpat com movimentos angular, basculatório e vertical, igual ou equivalente a tilt - com 3 250 mm (margem permitida + - 100mm) de comprimento e dotado de direção e transmissão hidrostática.

- Peso total igual ou superior a 20 300 kg

(Peso com equipamento padrão e considerando o operador, lubrificantes, líquido refrigerante e depósito de combustível cheio)

- Comprimento da lâmina, 3 250 mm (margem permitida + - 100mm)

### **MOTOR**

Diesel, turbo comprimido, injeção direta, refrigeração a água, 6 cilindros e cilindrada igual ou superior a 6.60 l.

- Potência útil ao volante a 2200rpm, segundo a norma SAE J1349 ou equivalente, igual ou superior a 125 kW (168 hp)

- Cilindrada, igual ou superior a 6 600 cm<sup>3</sup>

### **SISTEMA HIDRÁULICO**



Sistema hidráulico, igual ou equivalente a, CLSS – Closed Load Sensing System, que garante operações precisas e simultâneas e adapta os parâmetros de funcionamento do sistema às condições de carga.

Uma bomba hidráulica de caudal variável de pistões.

- Caudal máximo, 171 l/min

- Pressão máxima, 280 kg/cm<sup>2</sup>

- Bloco de carretéis para os movimentos de angulação, inclinação, elevação da lâmina, e ripper.

- Cilindros hidráulicos de duplo efeito.

## **TRANSMISSÃO**

Transmissão hidrostática, com variação infinitamente variável até 9.0 Km/h.

Velocidades máximas de translação para a frente (três velocidades):

1ª. 3.4 km/h

2ª. 5.6 km/h

3ª. 9.0 km/h

Velocidades máximas de translação para trás (três velocidades):

1ª. 4.1 km/h

2ª. 6.5 km/h

3ª. 9.0 km/h

## **DIRECÇÃO E TRAVÕES**

- Sistema de direcção hidrostática através de diferencial de engrenagens planetárias e acionamento por bomba e motor hidráulicos independentes, proporcionando o controlo suave, rápido e potente em diversas condições de terreno.

- Alavanca única (joystick) para controle das velocidades, direcção e sentido de andamento.

- Travões de serviço de multi-discos em banho de óleo, controlados por pedal, de atuação por mola e recuo hidráulico.

Raio mínimo de viragem, inferior ou igual a 2.1 mts.

## **CHASSIS**



Chassis central e estruturas laterais em forma de caixa. Esticador hidráulico. Rastos com corrente, casquilho rotativo altamente fiável, elevada altura de articulação de rastos, vedação de óleo e protetor de rastos de alta qualidade que maximizam a durabilidade. O pino Central da barra de equilíbrio é lubrificado à distância de elos paralelos. Os Rastos vedados e lubrificados com sapatas de garra simples para trabalhos pesados, de aplicações gerais.

**Rastos:**

Largura, igual ou superior a 600 mm

Altura das sapatas nas garras, igual ou superior a, 58 mm

**Roletes:**

Número de roletes superiores por rasto, igual ou superior a 2

Número roletes inferiores por rasto, igual ou superior a 8

Número de sapatas por rasto, igual ou superior a 46

Correntes, sapatas, roletes, rodas de guia e rodas motoras para trabalhos pesados; construídas em aços de alta resistência, especiais para abrasão e choque. Roletes e rodas de guia com lubrificação permanente.

**CIRCUITO ELÉCTRICO**

Circuito elétrico de 24 V.

Duas baterias de 12 V/170 Ah, motor de arranque de potência igual ou superior a 24 V/ 5.5 kW e alternador de potência igual ou superior a 24 V/ 90 A.

**CABINA**

Cabina insonorizada, igual ou equivalente às normas FOPS e a norma de proteção ROPS, sem obstrução do acesso aos órgãos de transmissão, assente sobre amortecedores de borracha, com ar condicionado, cinto de segurança, assento confortável e ajustável, para a frente e para trás e de acordo com o peso do operador.

Com pedal desacelerador para aproximações muito precisas, interruptor de segurança de neutro (impedindo o arranque do motor com uma velocidade engatada) e travão de segurança na alavanca de velocidades.

Painel de instrumentos completo contendo os seguintes indicadores e avisadores: conta-horas, termómetro do óleo do sistema hidráulico, termómetro do líquido de refrigeração do motor,



indicador do pré-aquecimento para arranque a frio, termómetro do óleo do conversor de binário, indicador do estado de saturação do filtro de ar, indicador de nível de combustível, lâmpadas de aviso de nível baixo do líquido de refrigeração do motor, de carga baixa das baterias, de falta de pressão de óleo do motor.

Equipada com Rádio, Limpa pára-brisas das janelas frontal e traseira, Pala solar, lado traseiro, Apoios dos pés elevados, Cinto de segurança de 2 pontos, Retrovisor (dentro da cabina), Extintor, Luzes de cabina adicionais, à frente e atrás reforço da visualização das operações em, condições adversas ou sem luz solar.

### **EQUIPAMENTO DE TRABALHO**

Lâmina:

- Lâmina igual ou equivalente a Inpat, montada em berço e construída em aço de alta resistência nos lados e na frente.
- Lâminas de corte e cantos reversíveis e substituíveis, com fixação por parafusos e porcas de alta resistência.

Ripper:

Montado na parte traseira da máquina, do tipo paralelogramo rígido, com 3 dentes substituíveis em aço especial para trabalho rochoso.

### **DIMENSÕES**

Comprimento total (Sem ripper), igual ou superior a 6 100 mm

Largura (sem lâmina), igual ou superior a 2 500 mm

Altura (à cabina), igual ou superior a 3 180 mm

Comprimento dos rastos no solo, igual ou superior a 3 165 mm

Bitola, igual ou superior a 1 900 mm

**Lâmina:**

Comprimento, igual ou superior a 3 250 mm

Altura, igual ou superior a 1 195 mm

Capacidade, igual ou superior a 3,4 m<sup>3</sup>

### **DESEMPENHO**

Lâmina:

Profundidade de escavação, igual ou superior a 580 mm

Inclinação máxima, igual ou superior a 435 mm

Elevação máxima, igual ou superior a 1 025 mm

### **CAPACIDADES (FLUIDOS)**



Depósito de combustível, igual ou superior a 372 litros

Líquido refrigerante, igual ou superior a 45 litros

Óleo de lubrificação do motor, igual ou superior a 27 litros

Óleo sistema hidráulico, igual ou superior a 101 litros

Óleo de lubrificação da transmissão final (cada), igual ou superior a 20 litros

AdBlue, igual ou superior a 20 litros

### **EQUIPAMENTOS PADRÃO**

Cabina com proteções segundas as normas ROPS/FOPS ou equivalentes, equipada com ar condicionado.

Três luzes de trabalho frontais na cabina e uma luz traseira.

Ventoinhas dos radiadores basculantes e com função de rotação inversa.

Rastos de garra simples, igual ou superior a 600 mm.

Alarme de marcha a Trás .

Ripper traseiro.

Lâmina frontal tipo o ou equivalente a Inpat.

Equipada com sistema de localização e monitorização via satélite, com acesso ilimitado à entidade contratante.

### **EQUIPAMENTOS OPCIONAL**

Proteções dos roletes a todo o comprimento.

Pretende-se que o equipamento a fornecer obedeam à Legislação Portuguesa e regulamentação Europeia em vigor,

Qualquer omissão não pode ser razão para a apresentação de mais-valias exceto se se tratar de equipamento ou materiais não contemplados pela Legislação Portuguesa e nestas especificações técnicas.

O Município reserva-se o direito de, em fase das opções que vierem discriminadas nas propostas, poder considerar algumas alterações às especificações aqui expressas

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Assistência pós-venda**

O local mais próximo de assistência técnica da marca, oficial ou autorizada, não deverá distar mais de 300 km de Bragança, de forma a reduzir os custos de deslocação e o tempo de imobilização do veículo.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**



### **Formação dos operadores e mecânicos**

1 - O Adjudicatário deverá promover ações de formação para grupos de trabalhadores de acordo com plano a estabelecer pela Município, tendo em vista:

- Formação inicial no que se refere a pessoal a admitir, de forma a permitir uma adaptação rápida destes trabalhadores às tecnologias utilizadas;
- Aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores das respectivas áreas para uma progressiva melhoria dos seus conhecimentos e desempenho de funções;
- Formação de operadores.

2 -O adjudicatário, depois de cumprido o plano inicial de formação, obriga-se a promover, no mínimo uma vez por ano, ações de formação de reciclagem para grupos de trabalhadores a fixar pelo Município e pelo período de 5 anos.

3 - Ao adjudicatário deve apresentar um programa de curso, conteúdo e métodos pedagógicos a utilizar, de acordo com as necessidades e objetivos, cabendo ao município controlar a qualidade das ações de formação ministradas.

4 - Ao adjudicatário compete estabelecer as datas de início e duração dos cursos, devendo o mesmo ser aprovado pela entidade adjudicatária.

#### **Cláusula 3.ª**

#### **Assistência técnica / Plano de Manutenção / Revisões.**

O Adjudicatário deve apresentar, plano de assistência técnica do equipamento e garantir o mesmo pelo período de garantia do equipamento. Neste serviço devem estar incluídos, mão-de-obra, peças e óleos necessárias, e de acordo com o plano de manutenção/assistência técnica apresentados pelo fabricante/adjudicatário.

#### **Cláusula 3.ª**

#### **Período de Garantia do Bem**

O Adjudicatário deve apresentar compromisso de garantia do equipamento para o período de 4 anos ou 3.000 horas.